

# Os 100 dias do governo Sarney

7 JUL 1985

Sr.: Sobre o deficit público federal, gostaria de fazer algumas observações. Após reiteradas afirmações do sr. José Sarney de que o programa básico de governo esboçado pelo sr. Tancredo Neves seria observado e seguido, propus-me a dar ao mesmo um voto de confiança e de apoio.

Cem dias já se passaram de sua gestão e, pouco a pouco, minha confiança de que o sr. Sarney fará um bom governo está se esvaindo.

Agora, a possível decisão de o mesmo continuar sacrificando o assalariado para o acerto das contas públicas neste ano, via Imposto de Renda, contradiz formalmente com o que nos assegurou a Nova República (?) de que o deficit público (ou rombo...) não seria coberto através do aumento da carga tributária sobre os rendimentos dos assalariados.

É uma atitude bastante simplista essa de não corrigir a tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas! No final, somos sempre nós que pagamos a conta! Enquanto isso o governo continua sem explicar à população os desatinos da Velha e da Nova República:

1) Banco Sul Brasileiro/Habitasul: como o sr. Sarney justifica o investimento de Cr\$ 900 bilhões (ou será Cr\$ 3 trilhões?) na recuperação desse banco que nada mais é que um "grupo de especuladores"? Que não se repita o blablabá de que foi para salvar o emprego de 25.000 pessoas! Isso não convence!

2) Quem explica a mordomia de deputados, senadores, magistrados e militares que, além de salário, recebem outras vantagens e só pagam imposto de renda sobre a parte "fixa" de que recebem? Pode? E o resto? Por que essa inexplicável vantagem?

O assalariado paga imposto de renda sobre o salário (fixo), horas extras, férias remuneradas e, até há bem pouco tempo, sobre o 13º salário!

3) Os crimes do "colarinho branco": BNCC (para que existe?), IAA, IBC, Capemi, Delfim, Cobal, Petrobrás/Telemundi etc. etc. Alguém pagou ou vai pagar pelas falscatruas? Imagine! Precisa haver sindicância, CPI, ouvir testemunhas, o diabo! Assim, o tempo vai passando e tudo ficará como está! Só o assalariado não tem escapatória: já é descontado na fonte!

4) Empreguismo: todos sabem que o governo não passa, mesmo, de "um cabide de emprego" a serviço dos políticos. E o assalariado que pague a conta! Quem ignora que há funcionários em demasia no governo e nas estatais, ocasionando grande ociosidade? E o "trem da alegria" do Senado, alguma solução foi dada? E haja dinheiro para pagar a folha mensal de todos! Desde quando o serviço público e as estatais têm que servir às ambições demagógicas dos políticos?

5) Sonegação de Impostos: o que se faz para melhorar a arrecadação dos vários impostos federais? Há centenas de firmas que, há anos, não recolhem IPI, INPS, Imposto de Renda. Nada é feito para impedi-las. Volta e meia vem o governo com planos de "acertos" com os devedores para pagamento dos atra-

sados em "suaves" prestações, com perdão da correção e, até mesmo, da própria dívida! E os assalariados que paguem a conta: já são descontados na fonte!

Em matéria de governo estou, realmente, descrente. O jeito será tentar quem sabe, uma guinada através do PT, PDT, PTB e, até do PCB e, agüentar... Os outros, é blablablá, blablablá, blablablá. S.N., Capital

Sr.: O generoso noticiário que passou a ser oferecido ao público brasileiro a partir de 15 de março, acerca do governo que desde então assumiu o poder, dá-nos conta de que estamos vivendo uma "Nova República".

Coerência é o que pedem os governantes como condição precedente a qualquer análise desse período tão curto de gestão, sob a justa alegação do curto espaço de tempo em que a "Nova República" se acha no poder e, em especial, pelas circunstâncias incomuns como ocorreu essa transição.

Mas, isso não nos pode impedir de observações, a nós brasileiros de um modo geral e à própria imprensa como instituição, como é o caso das frequentes análises — frequentemente indagativas — que nos são oferecidas pelas "Notas e informações" de O Estado.

Veja o caso do editorial que, sob o título "Agressivo e anti-social", ao referir preliminarmente aos juízos expendidos pelo empresário Paulo Francini, dando conta da vigência de certo modismo, esse fenômeno grevista, cuja existência forte e candente na história recente do País, deu-se a partir de 1978, trata de um certo "heroísmo atribuído" no grevismo.

Não passou despercebida, porém, a relação entre essas observações e o quadro modista implantado no País desde então com outros fenômenos sociais como aquele que se lê em outra das "Notas e informações", na mesma edição de O Estado: "A crise na universidade Mackenzie".

Há uma ameaça evidente à credibilidade de tantas instituições neste país, que só não a percebem, aqueles que, a pretexto de alegada "precipitação", não permitem um debate razoável e sério de todos estes fatos.

Mas, afinal que crise é esta? Ou a crise contida no sintoma do "grevismo modista" não teria nada a ver com uma campanha — até aqui, felizmente desordenada — que se faz contra a livre iniciativa neste país?

Ou será que a crise na universidade Mackenzie nada tem a ver com a crise da universidade brasileira?

Ou será que tal crise não se haja inserida em decisões políticas de um Conselho Federal de Educação que consegue criar neste país uma comissão de reforma universitária despida da experiência de homens como, por exemplo, um José Mariano da Rocha Filho, apenas para citar um caso?

É lamentável, mas estamos-nos encaminhando para a dura realidade de constatar que ao sonhar com uma Nova República, fomos vítimas de um blefe histórico. Flávio Roberto Pereira, Porto Alegre

ESTADOS UNIDOS